

PROJETO DE LEI Nº 12, 2017

Autoria: Vereador Francisco Leandro Gonzalez (PPS)



**OBJETO DELIBERAÇÃO**

As Comissões JUSTIÇA REDAÇÃO

FINANÇAS ORÇAMENTO

SALA SESSÕES 06 / 11 / 2017

Altera o artigo 3º da Lei Municipal nº 3.726/2008 para tipificar novas formas de maus tratos a animais.

PRESIDENTE

**Art. 1º** O artigo 3º da Lei Municipal 3.726/2008 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, negligência ou imperícia, ou mesmo ato doloso contra a saúde e as necessidades naturais, físicas e/ou mentais dos animais, conforme discriminados nos incisos expostos a seguir:

I – mantê-los sem abrigo adequado em locais onde as condições sejam insalubres ao porte ou à espécie do(s) animal(is) ali acolhido(s), ou ainda que lhes cause desconforto acentuado, físico ou mental;

II – privá-los de necessidades básicas, como alimento adequado e água limpa;

III – causar-lhes lesões ou agredi-los, provocando-lhes sofrimento, dano físico e/ou mental, ou mesmo a morte;

IV – abandoná-los à própria sorte;

V – obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, bem como a qualquer ação que exija deles esforços ou comportamentos que não seriam alcançados sem coerção;

VI – castigá-los, física ou mentalmente, ainda que para aprendizagem ou adestramento;

VII – criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção;

VIII – utilizá-los em confrontos ou lutas, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

IX – promover a eliminação de cães e gatos sob qualquer argumento;

X – deixar de propiciar-lhes uma morte rápida e indolor, sempre que estiverem sofrendo de males incuráveis e causadores de intenso sofrimento;

XI – exercitá-los ou conduzi-los presos a veículos motorizados em movimento;

XII – enclausurá-los com outros animais que os molestem;

XIII – submetê-los a qualquer outra situação que autoridades ambientais, sanitárias, policiais ou judiciais considerem caracterizar maus tratos”.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017.

**Francisco Leandro Gonzalez – Vereador**

#### **JUSTIFICATIVA**

É notório o aumento de maus tratos a animais que vem ocorrendo no município, assim nos termos do artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal compete ao Poder Público proteger a fauna e flora através de ações efetivas.

Desse modo, submeto o presente projeto à apreciação dos nobres vereadores, contando com a colaboração para aprovação do mesmo.